

HOJE JÁ É O FIM DO MUNDO: NOVAS PERSPECTIVAS QUE APONTEM PARA A EXISTÊNCIA DO AMANHÃ

Beatriz Abreu Gomes ¹

RESUMO

Visto o potencial autodestrutivo de nosso modelo social que traz, conjuntamente com a cultura capitalista ocidental, a marca geológica de um colapso, em que pandemias e crises ambientais a níveis planetários apontam para um futuro que irá inexistir, esse artigo tem o objetivo de defender que é através do reconhecimento das culturas originárias que poderemos fazer emergir outro modelo de mundo.

*

No mundo moderno, com a expansão do capitalismo através da globalização, os humanos se tornam uma força geológica que aponta para a autodestruição de sua espécie, esse período passa a ser chamado de Antropoceno. Nesse momento, o homem deixa de ser um ambientado em relação à natureza, o mundo artificial que ele cria passa a se tornar seu ambiente, o que leva a humanidade a uma crise na qual não se sabe qual é o papel dos humanos na relação com o meio ambiente (DANOWSKI e VIVEIROS, 2014).

Um paradigma ganancioso, ancorado em uma cultura que acredita ter o poder de controlar a natureza, nos faz desacreditar que existe qualquer possibilidade de vida que não seja essa, baseada no consumo ilógico e na destruição da Terra. Nos torna escravos, impossibilitados de ver que há uma força natural lá fora que se auto gere, de modo que não nos deixa sobrar tempo para perceber nossa pequenez quando comparados a um sistema interligado infinitamente superior e maior que todos nós.

Esse modelo vem se mostrando cada dia mais falido e só aponta para um destino: o fim da vida humana na Terra. Contudo, configura-

¹ Aluna de Graduação do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos (IHAC/UFBA). E-mail: zirtabreu@gmail.com

se como um sistema robusto, que não permite a existência de nenhum outro modelo e faz questão de apagar qualquer cultura que aponte para possibilidades de vida que não estejam baseadas no sistema capitalista eurocentrado colonial.

Neste momento, não enfrentamos somente uma pandemia viral denominada de COVID-19, mas também uma epidemia “zumbi” que, como diz o ambientalista indígena Krenak (2019), não tolera prazer nem fruição de vida, prega esse modelo de iguais, que caminham para o fim do mundo como uma forma de fazer com que as pessoas desistam dos seus próprios sonhos. Enfrentamos uma tripla destruição potencial – material, biológica e espiritual – introduzida por uma “tecnociência” cega, mas triunfante, que só obedece à implacável lógica da eficácia pela eficácia (NICOLESCU, 1999).

Durante um tempo eramos povos indígenas que estavam ameaçados da ruptura ou da extinção do sentido de vida, mas hoje estamos todos diante da iminência de a Terra não suportar a nossa demanda (KRENAK, 2019). O mundo ocidental, capitalista, contemporâneo, moderno, está destruindo não só a si, mas a todos os outros possíveis mundos também. Estamos devastando o planeta, cavando um fosso gigantesco de desigualdades entre povos e sociedades, de modo que há uma sub-humanidade que vive numa grande miséria, sem chance de sair dela, e isso foi naturalizado.

As sociedades contemporâneas, como consequência dessa modernidade desumanizante, foram, em sua maioria, construídas sob a lógica de que a Terra está à disposição dos homens e o seu único objetivo é servir para a extração e exploração dos seus recursos naturais. Constituíram-se a partir de um pensamento excludente que ocasionou no apagamento discursivo e no processo de desfacelamento das estruturas ditas inferiores, anormais, primitivas e abjetas. Esse processo intensificou-se com a expansão do capitalismo pela globalização, ideologia que culminou e culmina ainda hoje, através da colonialidade, no apagamento das referências que ligam os indivíduos marginais ou marginalizados ao seu mundo social e cultural.

A colonialidade será entendida aqui como uma rede invisível que propulsiona as formas contemporâneas de regulação da vida social e surge como consequência do colonialismo. Dessa forma, impregna todas

as áreas de existência social e constitui a mais profunda e eficaz forma de dominação social, material e intersubjetiva, e é, por isso mesmo, a base intersubjetiva mais universal de dominação política e cultural dentro do atual padrão de poder (QUIJANO, 2009). É a colonialidade que desenvolve e articula esse conjunto de mecanismos que determina quem são os sujeitos normais, por isso hegemônicos, do mesmo modo que determina também sujeitos ilegítimos, rotulados como anormais e alocados na margem do social, como é o caso dos povos tradicionais, categorizados como ignorantes, primitivos e selvagens (VERGUEIRO, 2015).

Percebendo que apenas uma pequena e privilegiada parcela da população do mundo se enquadra no padrão normal e, por conta disso, recebe o selo de humanos, fica evidente que essa determinação de identidade não passa de uma utopia, uma ilusão de sujeitos, identidades sociais e comportamentos regulares e uniformes, desenvolvida por uma visão que se inscreve em um projeto de ordenação e controle do poder e dos corpos.

Existe um pacote seletivo de “humanos”, os melhores que todos os outros, os únicos que merecem o selo de humanidade. Esse pacote de “humanidade” se descola de maneira absoluta desse organismo que é a Terra, vivendo numa abstração civilizatória que suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existências e de hábitos (KRENAK, 2019).

Por conta disso, o genocídio de vários povos e culturas, incluindo os povos originários, sempre caminhou conjuntamente com o desenvolvimento do capital. Contudo, foram sendo adotadas formas menos escancaradas, através de uma política adaptada que permite a morte de milhões de pessoas, tornando determinados corpos não passíveis de luto.

Portanto, é essencial reconhecer que o modelo eurocentrado colonial é completamente antidemocrático, pois se sustenta exatamente pela inexistência de uma democracia plena. Essa afirmação parte do pressuposto de que a democracia se sustenta sobre o tripé do civismo, plebeísmo e pluralismo (ARAÚJO, 2000). O civismo parte do pressuposto de que para fazer parte da comunidade política os sujeitos precisam possuir determinado “caráter” ou “virtude”; o plebeísmo se refere ao universo das pessoas que deveriam participar da comunidade política, em vista de que as decisões políticas tomadas afetam a todos que estão sob sua

autoridade, trata-se de um ideal de franquia da cidadania, inclusão de cidadãos na participação política; o pluralismo, por sua vez, se refere à necessidade de se fazer representar a pluralidade das identidades, de modo que os direitos de todos os sujeitos estejam garantidos (ARAÚJO, 2000). A total ausência de qualquer um desses três ideais implica colapsar as bases normativas da democracia, o que torna claro que não existe democracia sem diversidade cultural.

O que acontece é que os estados, quase que em sua totalidade, quando governados sob os ideais do padrão cultural capitalista ocidental, vivem na verdade em um estado de exceção, onde, de acordo com Agamben (2004), determinados corpos, culturas e sujeitos marginalizados estão inseridos, um limbo onde tudo e qualquer coisa pode acontecer, um espaço onde a lei fica em suspenso. Sustentado pela utopia da segurança, o estado de exceção se torna a norma.

Desse modo, para as culturas eurocentradas outras culturas não são reconhecidas, mas sim categorizadas e hierarquizadas, o que causa um apagamento das culturas que apontam para outros *modus operandi* como se só existisse um único caminho linear no desenvolvimento humano, padronizado, baseado na superioridade de um modo de vida sobre os outros.

As diversas culturas não podem ser verdadeiramente reconhecidas se são lidas do ponto de vista de uma escala evolutiva que coloca com nítida vantagem determinados hábitos e costumes (LARAIA, 2001). Sendo assim, não possuem nenhuma validade se são avaliadas por um ponto de vista discriminatório que classifica as culturas hierarquicamente, como se no topo do processo evolutivo estivessem as culturas europeias (que descolam absolutamente o homem da natureza) e na base as culturas dos povos tradicionais (que colocam a humanidade de modo integrado a esse organismo vivo que é a Terra).

A cultura precisa ser lida como algo vital, o reconhecimento de outras culturas deve se dar não do ponto de vista de saber que elas existem e classificá-las, mas no de reconhecê-las em seu sentido, de admiti-las como verdadeiras e necessárias para a manutenção da existência da vida humana na Terra. Ou seja, é necessário reconhecer que a saída para o colapso ambiental no qual estamos inseridos está nas formas de vida baseadas na possibilidade de existir em consonância com a natureza.

Dessa forma, precisamos atentar para o fato de que, se quisermos nos manter vivos enquanto humanidade, é imprescindível entendermos que as leis que regem as nossas vidas e costumes devem estar em consonância com as leis que regem e governam os ventos, as águas e a vida dos outros seres vivos. Portanto, enquanto não reconhecermos as diversas culturas, e não aceitarmos como válido o modo de vida dos povos tradicionais que colocam o homem como parte integrada à natureza, continuaremos caminhando para o precipício.

Infelizmente, no Brasil de 2020 é possível ver de perto a negação da pluralidade e a tentativa de apagar completamente o modo de vida dos povos originários, o que torna perceptível a ausência de um estado democrático. A necropolítica tem se mostrado de modo visível através de uma política de morte adaptada pelo Estado, seja por não garantir a integridade física aos povos indígenas, permitindo a entrada dos garimpeiros em terras demarcadas, o que ocasionou a morte de centenas de índios, ou por publicamente colocar a economia como mais importante do que a vida da população.

Essa política de morte não é um episódio, não é um fenômeno que foge a uma regra, não é uma exceção, ela é a regra (BORGES, 2013). Agora expressa nitidamente, através de um governo fascista, que fala abertamente na televisão da necessidade de fazer a máquina do capital girar, colocando o capital como mais importante do que a vida da população. Esse discurso genocida afeta diariamente a vida de todos e já matou mais de 160 mil brasileiros infectados pela COVID-19 à luz do estado de exceção do Governo Bolsonaro.

Na atual conjuntura social brasileira, assiste-se ao esgotamento da política, no que se refere à capacidade de representar possibilidades de mudanças, sobre qualquer aspecto de melhoria cívica às populações marginalizadas. Portanto, é fundamental acreditar na possibilidade de fazer emergir modelos de mundo que apontem para outras formas de existir. É urgente dar atenção a uma visão de mundo que escape dessa cegueira que estamos vivendo no mundo todo, para abrir nossa mente para alguma cooperação entre os povos, não para salvar os outros, mas para salvar a nós mesmos (KRENAK, 2019).

Há a necessidade de valorizar a aliança entre os saberes

subalternizados e as culturas dos povos tradicionais, pois são esses saberes a base para a criação de ferramentas teórico-metodológicas, que caminhem no sentido da descolonização da cultura eurocentrada e no desenvolvimento de um novo modelo que possibilite a manutenção da vida de nossa espécie na Terra.

Dessa forma, “a aposta é na resistência como possibilidade, como alargamento da esfera do ser” (MONTESQUIEU, 2005 apud OLIVEIRA, 2008, p.63), “como processo de libertação baseado na livre expressão das diferenças, o poder sobre a vida transmuta-se em potência de vida” (OLIVEIRA, 2008, p.63).

Precisamos acreditar na possibilidade de viver outros modos de vida, hoje mais do que nunca, para afastar o que Danowski e Viveiros (2014) colocam como a distância que existe entre conhecimento científico e potência política. Se temos a capacidade (científica) de imaginar o fim da Terra, também devemos ter a capacidade (política) de imaginar o fim do modelo capitalista, para o nascimento de um outro modelo de mundo.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. Tradução de Iraci D. Poletti. São Paulo: Boitempo, 2004.

ARAÚJO, Cícero. **República e democracia**. Lua Nova [online]. 2000, n.51, pp.5-30. ISSN 0102-6445. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452000000300002>>. Acesso em: 10 de Out. de 2020.

BORGES, R. da S. Pensando a transversalidade de gênero e raça. In G. Venturi & T. Godinho (Org.). **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado** (pp.63-89). São Paulo: Editora Perseu Abreu, 2013.

DANOWSKI, Déborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Há Mundo Por Vir? Ensaio Sobre os Medos e os Fins**. São Paulo: Cosac Nayfi, 2014.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 1º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

NICOLESCU, Basarab. **O manifesto da transdisciplinaridade**. Trad. Lúcia Pereira de Souza. São Paulo: Trion, 1999.

OLIVEIRA, Lúcia Maciel Barbosa. **Corpos Que Escapam: Ação Cultural Como Resistência**. São Paulo: **Revista de Estudos Universitários**, 2008, v. 34, n. 2, p. 61-71. Disponível em: <<http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/reu/article/view/366>>. Acesso em: 15 de Jan. de 2019.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder e Classificação Social**. In Santos, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009, p.68-112.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/19685/1/VERGUEIRO%20Viviane%20-%20Por%20inflexoes%20decoloniais%20de%20corpos%20e%20identidades%20de%20genero%20inconformes.pdf>>. Acesso em: 06 de Jun. de 2020.